



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de São José da Tapera**  
 Rua 13 de maio, sn



**REQUISIÇÃO DE PRECATÓRIO nº TJAL nº XXXX**

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS.**

Requisito o pagamento em favor do(s) credor(es) e no(s) valor(es) individualizado(s) em anexo, em virtude de decisão transitada em julgado, proferida nos Autos da Ação n.º: 0000520-69.2010.8.02.0036.

Informo, outrossim, que não existem quaisquer recursos pendentes quanto aos valores contidos na presente requisição.

**1. Dados de Identificação**

---

Número do processo: 0500021-71.2023.8.02.0036

Origem/Foro Comarca/ Vara: Vara do Único Ofício de São José da Tapera

Ação: Processo Administrativo

Tipo da Requisição: Autor/ Credor / Sucumbencial

Natureza da obrigação (Assunto) TUA - CNJ: Pagamento

**2. Crédito**

---

Natureza do Crédito: Comum

Valor originário: R\$ 76.028,41 (R\$ 6.074,67 + R\$ 69.953,74)

Índice de juros ou da taxa SELIC: 1,63 %

Valor corrigido: R\$

Valor dos juros moratórios: R\$

Valor dos juros compensatórios: R\$\*

Despesas antecipadas: R\$\*

Amortizações: R\$\*

Valor total da requisição: R\$ 176.616,29 (R\$ 17.803,21 + R\$ 158.813,08 )

Data Base considerada para efeito da atualização monetária dos valores: 20/03/2008

Data do reconhecimento da parcela incontroversa (se for o caso):

**3. Dados do Devedor**

---

Ente Devedor: Município de Senador Rui Palmeira/AL.

CNPJ Devedor: 12.421.137/0001-01.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de São José da Tapera**  
 Rua 13 de maio, sn

Procurador: \*Mikelyne Anne Silva Cabral Farias.

OAB: 9704/AL.

#### 4. Dados do Credor

1. (1. A requisição de precatório será expedida individualizadamente, ainda que exista litisconsórcio. 2. Ao advogado beneficiário de honorários advocatícios contratuais terá seu percentual contratado destacado na mesma requisição do Autor/Credor, desde que o instrumento correspondente esteja juntado aos autos. 3. Em se tratando de honorários Sucumbenciais, este será objeto de requisição autônoma. 4. Em se tratando de vários beneficiários, listá-los na ordem de preferência do crédito)

Nome do Credor: BANCO SEMEAR S/A

CPF/CNPJ: 00.795.423/0001-45 Email: \*

Valor total devido ao beneficiário: R\$ 176.616,29

Origem: Contrato de repasse de empréstimo

Tipo de vínculo: (civil/militar; ativo/inativo/pensionista)

Tipo de beneficiário: (Beneficiário Idoso, Portador de Doença grave e Deficiente Físico)

Data de nascimento: \*

Superpreferência no pagamento (§2º do artigo 100 da CRFB – Beneficiário Idoso, Portador de Doença grave e Deficiente Físico): Não

Obs.:

- . Deficiente Físico e Portador de Doença Grave: apresentar laudo médico e exames.
- . Tutela, Curatela, Interdição: apresentar o correspondente título.
- . Perito: Juntar contrato de Honorário de Perícia, Registro profissional.

#### 5. Destino Bancário dos Valores Requisitados

Transferir os valores para subconta do Juízo de origem: Não

Os valores serão pagos diretamente ao beneficiário: Sim

Nome do destino bancário: BAN COM SEMEAR S/A. CPF/CNPJ: 00.795.423/0001-45.

Banco: Banco Semear S/A (743) Agência: 0001 Conta Corrente: 001099998-7

E-mail para comunicar o pagamento: \*.

#### 6. Beneficiários de honorários

Honorários Contratuais: Há decisão deferindo o destaque dos honorários contratuais nos termos do § 2º do art. 8º da Resolução-CNJ 303/2019: Sim/Não ?

Nome: VALOIS ADVOGADOS

OAB: CPF/CNPJ: 16.594.102/0001-12

Percentual de destaque: 20%



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de São José da Tapera**  
 Rua 13 de maio, sn

Valor: R\$ 35.323,25

Transferir os valores para subconta do Juízo de origem: Não

Dados Bancários do Advogado: Titular: Valois Advogados; Banco Santander; Agência: 4309;

Conta Corrente: 13001799-0

**Obs.: Havendo determinação de destaque de honorários contratuais, a Vara de origem deverá encaminhar, anexo à requisição, o correspondente contrato de serviços advocatícios.**

## 7. Penhora

Em caso de penhora informar e juntar os seguintes dados e documentos:

Número da Ação Originária:

Tribunal de Origem:

Beneficiário da Penhora e CPF/CNPJ:

Valor em R\$ \_\_\_\_\_ Data de  
atualização \_\_/\_\_/\_\_\_\_

## 8. Retenções Legais

**1- Imposto de Renda Retido na Fonte:** Sim/Não ?

a) O crédito se enquadra como Rendimento Recebido Acumuladamente - RRA, nos termos da Instrução Normativa 1127 da Secretaria da Receita Federal: Sim/Não ?

b) NM:

**2- Contribuição previdenciária:** Sim/Não ?

a) Órgão previdenciário:

b) CNPJ:

**3- Contribuição para o FGTS:** Sim/Não ?

a) Valor da retenção:

**4- Outras contribuições:** Sim/Não ? Qual?

a) Valor da retenção:

## 9. Informações Processuais

Data do ajuizamento do processo de conhecimento: 26/07/2010

Data de citação no processo de conhecimento: 29/10/2010



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de São José da Tapera**  
Rua 13 de maio, sn

Data do trânsito em julgado do processo de conhecimento: 23/11/2021

Data do decurso do prazo para opor embargos/impugnação ou trânsito em julgado deste:  
30/09/2022

## **10. Observações Finais**

---

## **11. Anexos**

---

- I - petição inicial;
- II - instrumentos procuratórios e contratos de honorários advocatícios;
- III - documentos pessoais dos credores e beneficiários;
- IV - sentença da fase de conhecimento e acórdãos que a confirmarem ou modificarem;
- V - certidão de trânsito em julgado da fase de conhecimento;
- VI - petição que inaugurou a execução ou o cumprimento de sentença ou acórdão;
- VII – embargos ou impugnação ao cumprimento de sentença ou acórdão;
- VIII - sentença e/ou acórdãos dos embargos à execução ou impugnação ao cumprimento de sentença, ou, ainda, a decisão que homologou os cálculos apresentados;
- IX - certidão do trânsito em julgado dos embargos ou impugnação ao cumprimento de sentença, ou decurso do prazo para sua oposição;
- X - demonstrativos de cálculo que contenham todas as atualizações realizadas no crédito objeto da requisição, com valor do principal e dos juros de forma individualizada, bem como do percentual dos juros aplicados e do período de incidência;
- XI - manifestação do ente devedor informando qual seu órgão previdenciário com o respectivo CNPJ;
- XII - a certidão de intimação das partes acerca da regularidade formal do preenchimento da requisição; e
- XIII - os dados bancários dos credores, para fins de pagamento.

São José da Tapera, 15 de novembro de 2023.

Leandro de Castro Folly  
Juiz de Direito